

SUMÁRIO

ATA.....	5
SÍNTESE DA ATA.....	30

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 5 DO CNPTC, COM
OS SECRETÁRIOS GERAIS DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 5 DO CNPTC,**
2 **COM OS SECRETÁRIOS GERAIS DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE**
3 **CONTAS, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 24 DE ABRIL DE 2020.**

4 Iniciada a reunião às 14h5m (quatorze horas e cinco minutos), o **Conselheiro Edilberto Carlos**
5 **Pontes Lima (TCE-CE)** abriu, explicando, inicialmente, que foi constituído, no âmbito do CNPTC,
6 um grupo para orientar os TCs sobre como proceder nas fiscalizações das contratações emergenciais
7 e em relação à merenda escolar. Nesse intuito, o objetivo da reunião foi conhecer, em rápidas palavras,
8 o que cada tribunal tem feito para fiscalizar as ações relativas a estas áreas para criar um “banco de
9 boas práticas e experiências”. Como exemplo, citou que no TCE-CE adotou-se a boa prática de fazer
10 uma grande conferência online com prefeitos para tirar dúvidas e esclarecer questões. Outras pessoas
11 relataram ter sido disponibilizado um canal de ouvidoria específica. Em São Paulo foi definido relator
12 específico para estas áreas. Em suma, salientou que o objetivo principal é trocar experiências. Na
13 sequência, o **Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto (Presidente do TCMGO e do CNPTC)**,
14 agradeceu a todos e ponderou que o CNPTC está buscando mecanismos para poder orientar os demais
15 tribunais sobre aquilo que pode ser feito neste momento. Reconheceu e agradeceu aos Conselheiros
16 Severiano José Costandrade de Aguiar (**TCE-TO**), Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (**TCE-SC**) e
17 a todos os Presidentes de TCs pela participação efetiva em tudo que o Conselho tem feito. Mencionou
18 que o Conselheiro Ivan Lélis Bonilha (**TCE-PR e Presidente do IRB**) tem estado disponível para
19 todas as necessidades. Estendeu cumprimentos para a ATRICON e ABRACOM. Iniciando a série de
20 informações, sob a coordenação da Auditora Crislayne Maria Lima Amaral Nogueira Cavalcante de
21 Moraes (**TCE-PR**), adotou-se a ordem alfabética de Estados para manifestação dos representantes
22 dos respectivos tribunais. A manifestação do **TCE-AC** foi postergada para o final da reunião, uma
23 vez que ainda não havia representante na sala virtual. Não houve participação do **TCE-AL** por não
24 haver representante. Em seguida, assegurou-se a palavra ao representante do **TCE-AM**, Jorge Lobo,
25 que informou ter sido enviado ofício para o Governador solicitando informações quanto aos gastos e
26 que fosse aberta uma aba específica no Portal de Transparência relativa a eles, além de encaminhar
27 para o TC as respectivas despesas. Para a Secretaria de Educação enviaram um ofício pedindo
28 informações das ações tomadas e o que será feito após a quarentena. Para os municípios do interior,
29 como o acesso é difícil, pediram informações quanto às medidas/providências que estão sendo
30 tomadas. Foi criado um comitê de acompanhamento e um robô para coletar os dados nos portais de
31 transparência. Foi elaborada uma Nota Técnica, feita pelo Departamento de Saúde, com orientações
32 sobre como proceder. Estão aguardando a resposta da área da saúde, que ainda não ocorreu. Ontem
33 (23/4/2020) foi aplicada multa ao Governador por não atender às solicitações. Em função da
34 complexidade e das locomoções que, em grande parte, ocorrem por via fluvial (barco), pediram ao

35 Presidente que as licitações e pregões presenciais fossem suspensos, salvo os relacionados à COVID-
36 19. Receberam informação sobre a dificuldade de acesso, que estava cerceando a participação de
37 empresas. Além disso, foi encaminhada nota sobre as contratações temporárias. Mencionou que o
38 colega Irapuã finalizou um trabalho para gerar um informativo visando evitar demissões no período
39 da pandemia. A Conselheira da área de saúde enviou vários ofícios, notificando o hospital (que é
40 PPP), para saber o motivo de não terem sido implementados todos os leitos de UTI. Todos os órgãos
41 foram notificados. O Pleno pediu o afastamento da Secretária de Saúde, por não atender às
42 solicitações. O Controle Externo, Diretoria de Receita, está fazendo diagnóstico da arrecadação do
43 Estado para fazer um relatório. Também estão fazendo um informativo sobre o descarte das máscaras,
44 capas cirúrgicas, etc. Estão com dificuldade de receber informações da Secretaria de Saúde. O
45 informativo será elaborado em conjunto com a Secretaria Ambiental. O Tribunal quer fazer
46 levantamento dos médicos e leitos para saber por que não estão sendo contratados outros hospitais ou
47 sendo feitos convênios. Foi recomendada a suspensão de pregões e licitações que não sejam
48 relacionados ao combate ao coronavírus. Houve denúncias de compra de equipamentos e
49 respiradores. Sobre preços de mercado, há variação muito grande. Eles notificam, pegam informação,
50 fazem análise e depois julgam. O Pleno aprovou uma proposta de que a verificação dos trabalhos do
51 hospital não seja presencial, e sim remotamente, usando laudo do CRM, com acompanhamento do
52 MPE, para não colocar em risco os técnicos, uma vez que o hospital pode estar infectado. Foi criado
53 um Comitê interinstitucional, composto pelo TC, MP, TJ e Defensoria, para tomar decisões em
54 conjunto para saber o que está sendo feito. Quanto à merenda escolar, os municípios informaram esta
55 semana. A Secretária estadual não respondeu à solicitação. Sabe-se que foi contratada uma empresa
56 para dar aulas no amazon Sat, que estão sendo transmitidas. O município de Manaus criou bolsa para
57 passar às famílias. Sobre aquisição de Respiradores, só há, até agora, uma única base do MP que
58 requisitou informações sobre uma compra. O Conselheiro Edilberto mencionou que o Tribunal está
59 numa relação conflituosa, o que mostra como o Brasil é heterogêneo. Em seguida, tomou a palavra a
60 representante do **TCE-AP, Sra. Carla**, que informou que prepararam uma cartilha e estão
61 trabalhando de acordo com a orientação nela definida. Num segundo momento, estão constituindo
62 comissão, atendendo ao MP de Contas, para acompanhar as contratações diretas e as de pessoal.
63 Informou que não há uma ação específica, que pretendem acompanhar sem atrapalhar, fazendo o
64 trabalho de orientação. Estão num processo de constituição destas iniciativas e elaboração de um
65 plano de trabalho. O representante do **TCE-BA Sr. José Raimundo**, informou que foi criado um
66 Núcleo de Inteligência, que está acompanhando as publicações na base de dados do Estado. Foi aberta
67 uma primeira Auditoria com fundamento no acompanhamento destas despesas. Cada Secretaria:
68 Saúde, Fazenda (redução de receitas e contingenciamento), Serviço (educação por conta da nota

69 técnica de educação), e que deverá ser feita uma Auditoria mais ampla para acompanhar as medidas
70 gerais. O Estado já aprovou uma série de leis e decretos exigindo o uso de máscaras. Foi feito acordo
71 com cada cidade para que fossem emitidos seus respectivos decretos. Em função das obras, também
72 estão pensando em realizar auditoria em hospitais de campanha; foram emitidas 5 (cinco) ordens de
73 serviços e precisaram remanejar o pessoal, excluindo-se gerente ou coordenador. Quanto à merenda
74 escolar, foram criadas leis e assinados convênios com duas redes de supermercados; assim, os alunos
75 pegam vale-alimentação diretamente nelas. Nas cidades que não têm a rede o vale-alimentação será
76 entregue diretamente nas escolas, no valor de R\$55,00. Sobre a base de dados, mencionou que todas
77 as licitações do Estado, antes mesmo do edital ser publicado, já podem ser acessadas, pois na dotação,
78 na reserva, eles já sabem o que vai ser aberto. Acompanham a efetiva execução orçamentária e, por
79 conta disto, emitem ofício, evidenciando as falhas na execução. A forma de publicação anterior não
80 permitia que se extraíssem dados em tabelas comparativas. Houve ofício sobre erros no site e na
81 página da transparência. Ainda sobre a merenda, foi criado um grupo específico, coordenador por
82 André Gonçalves, para compartilhar informações de valores das compras dos itens. Informou que
83 estão sendo abertas e realizadas muitas licitações, mas não há execução financeira, por isso o Tribunal
84 está fazendo uma planilha comparativa para ter uma referência de preço pós pandemia. Ainda, com
85 essa referência, estão tentando acompanhar os critérios que o Estado definiu: se todos os estudantes
86 tiveram acesso, etc. No **TCMBA, o representante, Sr. Hélio**, relatou que primeiramente o Tribunal
87 abordou a situação com orientações e resposta a consultas de jurisdicionados. O MP de Contas já
88 emitiu recomendação para que municípios suspendam festejos juninos, ainda que previstos no
89 orçamento. Afirmou que o Tribunal está se organizando para preparar as ações para fiscalizar 417
90 municípios (17 inspetorias pelo interior). Em seguida, pelo **TCE-CE, o Sr. Carlos Nascimento**
91 observou que o TC não tem equipes específicas para educação e saúde. Auditoria concomitante tem
92 separação em Secretarias. Por conta da Auditoria relacionada às Contas, as demais eram fiscalizações
93 ordinárias na saúde e educação. Foi criado um grupo de trabalho, com equipe multidisciplinar, para
94 acompanhar as despesas e as dispensas visando: 1) estimular a transparência (houve reuniões com
95 TCU, AGU para organizar informações primordiais para o gestor tornar público); a ideia é fazer um
96 ofício conjunto com único pedido de informação de disponibilização dos sites, para que estas estejam
97 separadas na transparência. O TC tem Portal de Licitações no qual as informações da COVID devem
98 ser entregues; este grupo, com estas informações, vai levantar dados e divulgar relatório de análise
99 da transparência para dizer o que está ocorrendo em relação à divulgação das informações e para
100 acompanhar os diários oficiais, sites e imprensa (ações já em execução), e 2) verificar, por meio das
101 informações estratégicas, o risco de que as contratações não atinjam a finalidade pretendida. Foram
102 adotados critérios objetivos de “ranqueamento” do risco para ir para a terceira etapa: 3) auditoria em

103 objetos com maior custo benefício das fiscalizações. Este grupo pode solicitar informações, por e-
104 mail institucional e ofício, para aumentar a celeridade das comunicações, se identificado o risco de
105 não se atingir o objetivo das contratações. Foram feitas reuniões com outras entidades e pensaram em
106 criar um repositório comum para ver o que as instituições têm de informações e banco de dados para,
107 a partir daí, ver se poderiam aplicar certos critérios. Algumas unidades de campo pensaram em
108 critérios de atuação. O pessoal somente vai procurar o que de fato interessa aos critérios úteis e com
109 benefício maior na atuação do TC. Havia critérios de “ranqueamento”, mas em momento anterior.
110 Em seguida, falou o representante do **TCDF, Sr. Francisco**, informando que regularmente fazem
111 conjuntos de fiscalizações, que foram interrompidas, até para se resguardar a integridade física dos
112 auditores. O TC está trabalhando por meio de análise de risco de contratação e materialidade. Elegem
113 algumas despesas para fiscalizar desde a motivação até a contratação e execução. Usam como critério
114 o risco da contratação. Já possuem metodologia desenvolvida, com cruzamento de 25 bases de dados
115 (servidores, receitas, cadastro de empresas). Usando os critérios de risco e materialidade as despesas
116 a serem realizadas são analisadas. Não fazem fiscalizações concomitantes para evitar o risco de
117 paralisar a gestão. Assim, escolhem as despesas que tenham maior risco. O Plenário tem resolução
118 específica para balizar a fiscalização no momento da pandemia, com orientações estratégicas. Usam
119 informações eletrônicas, só vão in loco se necessário, não vão interferir na gestão (Lei nº
120 13.979/2020); na fiscalização que enseje responsabilização irão inverter o ônus da prova, não é
121 suficiente que haja indício de irregularidade, mas que o auditor a comprove (Lei nº 13979/2020).
122 Quanto aos encaminhamentos possíveis, já tiveram experiência com ações específicas com grupos de
123 trabalho e de monitoramento, e o resultado foi pouco. A gama de trabalho foi pouca. Entenderam, por
124 bem, manter as equipes, suspenderam as fiscalizações em curso e determinaram novas fiscalizações.
125 Que há destaque específico para os gastos urgentes e os relacionados à COVID19. Estão atuando de
126 forma coordenada. O que um controle externo fiscaliza outro não fiscaliza e vice-versa. Ressaltou
127 quanto às dificuldades relacionadas às demandas do MP de Contas e dos Parlamentares, que observam
128 uma publicação no Diário e pedem para fazer fiscalização. Em resposta, estão reiterando que, se não
129 houver indícios de irregularidades, eles não fiscalizam. Pensaram em medidas cautelares, que sempre
130 foram na linha de irregularidade, porém, entenderam que não há razão para emití-las. Depois de certo
131 tempo viram que não fazer a fiscalização foi mais adequado, e que, às vezes, não emitindo a medida
132 cautelar os jurisdicionados adotam postura mais cautelosa. No **TCE-ES, o Sr. Rodrigo** mencionou
133 que o Tribunal tem adotado três iniciativas: 1) buscar um mecanismo de orientação, um website sobre
134 a crise, e reunir jurisprudência sobre o assunto (guias de orientação). Na primeira ação, foi aberto um
135 canal de comunicação para que os jurisdicionados encaminhassem perguntas para equipe responder,
136 salvo casos mais complexos que vão para consulta (processo normal); 2) autuar dois processos de

137 acompanhamento, um para o Estado e outro para os municípios, para ver os desdobramentos do
138 impacto na crise fiscal, previdenciária e econômica. São fiscalizações para analisar a crise e gerar
139 projeções, cenários, para poder orientar sob estes prismas e, 3) fiscalizar no processo de controle
140 externo, acompanhamento, com equipe de auditores, para verificar todas as contratações públicas no
141 Estado e nos municípios, em especial, naquelas de caráter emergencial, a equipe usa banco de dados
142 do TC, especial para contratações emergenciais, bases compartilhadas e NIE. Informou que utilizam
143 informações de portais de transparência e sistemas para aferir a existência de contratações com
144 potenciais riscos de fraude ou corrupção. E, com base nisto, já existem alguns casos mapeados, sobre
145 os quais já solicitaram informações, mas que ainda não há nada concluído. Para o controle de gastos,
146 desvio, etc., e 4) as demais fiscalizações do orçamento, no plano anual, foram todas suspensas, dado
147 o regime de teletrabalho adotado. Não estão analisando merenda escolar. Os parâmetros do núcleo,
148 trilha de fiscalização, avaliam se as empresas atuavam no mercado, se chegaram agora, etc.
149 Economicidade: estão com muita cautela em relação a isto, devido aos preços voláteis. No **TCE-GO**,
150 **o Sr. Vitor** mencionou que o Tribunal suspendeu todas as fiscalizações in loco e que as eletrônicas
151 continuaram. Só as de contato físico foram canceladas. Criaram um grupo de trabalho pela Secretaria,
152 com 17 servidores, para fiscalização de compras emergenciais. Adotam diretrizes para adoção das
153 cautelas, com recomendações em relação ao impacto no momento de crise. Verificam se há
154 possibilidade de suspender cautelarmente sem impacto. O grupo faz esta avaliação antes de propor.
155 No viés de fiscalização tempestiva e concomitante, há um grupo orientando e emitindo alertas. Com
156 base em fontes próprias de dados, irão lançar na semana que vem o Observatório Cidadão, que será
157 compilado numa linguagem simples, passando as informações para sociedade acompanhar. SIAFI,
158 dados internos, monitoramento do diário oficial. Estratégia de divulgar para toda a sociedade. O
159 volume é grande, muitas compras, e talvez, convidando o cidadão, possam conseguir trabalhar com
160 mais segurança. Os dados do sistema orçamentário são diários, conseguem ver todos os empenhos do
161 dia anterior. O grupo não vai atuar como acompanhamento. Tem unidade que faz análise prévia de
162 processo. O grupo vai fazer alertas, comunicados, para tomarem ações. Esse grupo vai fazer tudo. A
163 metodologia tradicional precisaria de alguns dias. Eles vão ter metodologia mais simplificada, com
164 foco em erros grosseiros nessa análise rápida; passam para o Conselheiro Relator e encaminham para
165 a Pasta. Após o retorno é que fazem análise profunda. O grupo está conseguindo olhar todas as
166 fiscalizações. Quanto ao levantamento da Saúde, o Tribunal vai avaliar o grau de transparência e a
167 qualidade das informações da saúde e das organizações sociais. 100% das unidades são OS, que, se
168 não for transparente não é possível ao Tribunal observar o que é feito com o recurso. Por isto, tem
169 metodologia, em trabalho home office, como cidadão navegando nos portais e verificando, conforme
170 critérios, o que se espera que seja divulgado. Fomento de transparência. Espera-se que os gestores

171 abram as informações para o cidadão: o que contratam, quantos médicos, quais medicamentos, etc.
172 Por serem 21 unidades hospitalares, querem um grupo maior. Trabalham para estabelecer um
173 Diagnóstico. O Observatório Cidadão é outra estratégia. Contratações do Estado, associadas ao
174 coronavírus, para que o cidadão acompanhe. Espera-se que as demandas da Ouvidoria cheguem em
175 volume maior. Em relação ao projeto de educação, entende que este não pode parar, por ser um projeto
176 nacional. Há um banco de preços e serviços contratados. No **TCMGO**, o **Sr. Rubens Custódio** foi
177 escolhido para apresentar informações. Antes, porém, a **Sra. Priscila** usou a palavra para agradecer
178 aos demais Secretários que estão em outras comissões pela ajuda. Agradeceu, ainda, ao Cons.
179 Joaquim de Castro, Presidente do CNPTC, pelo apoio e incentivo à criação das comissões especiais,
180 ao Leonardo da ATRICON, ao pessoal do IRB, ao Comitê de Auditoria, à ANTC e ao CNPTC. Na
181 sequência, o **Sr. Rubens** explicou que, a exemplo dos outros, suspenderam atividades de fiscalização
182 in loco. Estão trabalhando nos estoques de processo. A área de informações estratégica está
183 acompanhando as contratações emergenciais, e já perceberam queda nas prestações de contas.
184 Informou que existem layouts de contratos e dispensas que são enviados, o que trás um risco para
185 fiscalização. A extração de dados é automatizada, e que alguns municípios maiores (capital e outros),
186 seguem as publicações nos Diários Oficiais da União, Estados e Municípios. Relatou que são feitas
187 remessas eletrônicas de dados ao TC, das notas fiscais eletrônicas (há convênio com a Receita
188 Estadual), e que ainda é feita análise do portal de transparência dos municípios; busca-se traçar um
189 perfil do contratado (quanto tempo funciona, etc.) e de preço (existe dificuldade de ver preço, com
190 raras exceções está tudo acima do preço de mercado, a exemplo de máscara, termômetro digital, etc.).
191 A ideia é que, se for constatada distorção, os relatórios sejam remetidos para a Unidade Técnica.
192 Sobre a merenda, no PAF já tem foco sobre a questão, contudo foram suspensas as ações, mas estas
193 compõem o Projeto Integrar e vão ser levantados dados do PNAE para insumos alimentares para
194 família. A Secretaria descentraliza para unidades escolares e isto dificulta; que estão no escuro, mas
195 em contato com as controladorias municipais têm conseguido acesso aos processos. Informou que o
196 Tribunal está avaliando como irá atuar para não prejudicar a gestão. Sobre a Base de dados,
197 internamente há um banco de preços públicos. São verificadas as notas fiscais eletrônicas (têm acesso
198 às compras dos municípios), e em pesquisa mais ampla, o perfil da empresa (matriz de risco, quadro
199 societário). Relatou que neste momento não se quer ver as formalidades do processo, quando as
200 contratações forem publicadas. No **TCE-MA**, o **Sr. Fábio Alex** mencionou que o Tribunal tem sido,
201 primeiro, orientativo, por meio de Nota Técnica, para todos os municípios, com o intuito de saber
202 como ter qualidade de gasto. Suspenderam fiscalizações em curso. Todo o TC está em teletrabalho.
203 Além disto, desenvolveram um hot site para concentrar os dados, em que Estado e municípios podem
204 informar. Estava tudo muito desconexo, as informações estavam uma em cada Secretaria. Agora estão

205 centralizadas no hotsite. Recomendaram, por ofício, para centralizar as informações do coronavírus
206 no Portal de Transparência do Estado. Atuam muito com a rede de controle (MP); estabeleceram
207 algumas metas para controle preventivo e viram alguns problemas para agirem no controle repressivo.
208 Terão uma Resolução para aprovar um grupo com 15 auditores para acompanhar todos os gastos. Já
209 existem dados para fiscalizar, obtidos por sistemas de captura, da receita estadual. Vão publicar a
210 Resolução para autorizar a fiscalização extraordinária. Irão emitir Nota Técnica e Decisão Normativa
211 para suspender formas de licitação presencial que não sejam relacionadas à COVID-19. Todas as
212 atividades de atendimento externo devem ser suspensas nos órgãos públicos. Observaram que havia
213 120 licitações para acontecer neste período, algumas foram suspensas, mas o TC vai determinar que
214 as licitações presenciais sejam suspensas. Além disto, estão capturando informações dos portais de
215 transparência; mudaram forma para COVID-19, e criando rede de controle para se municiar com
216 documentos para posteriores medidas, via Polícia Federal. Há autorização para, caso os relatórios
217 apontem indícios de crime, passar às autoridades policiais. Quanto às fraudes, não estão vendo
218 economicidade porque não conseguem examinar. Como critérios, observa-se que há empresas criadas
219 recentemente, só para fornecer EPI, nesta linha a fraude é mais gritante, havendo valores
220 extremamente altos, empresas de familiares de administradores públicos e outras irregularidades. Pelo
221 **TCE-MG, a Sra. Flávia Alice** informou que, excluindo-se as fiscalizações que estejam na fase final,
222 todas as demais previstas estão suspensas. Os municípios não estão sendo demandados. A presença
223 in loco está suspensa. Que teria saído hoje (24/4) o hotsite para organizar o material e o ambiente de
224 orientação. Foi criada, também, nos canais que o TC já dispunha, uma categoria COVID19, nos canais
225 da ouvidoria, protocolo, ou outro sistema, e tudo chega para a equipe que está destacada para se
226 dedicar ao tema (desde Notas Técnicas, jurisprudência e tudo que chega) para dar resposta célere e
227 justificada. A partir destas demandas eles também fazem cartilhas, notas técnicas ou consultas.
228 Sessões virtuais só voltam dia 13/5. Alguns pontos que demandam tese institucional, só depois. Mas
229 a equipe já propõe minutas. O Tribunal está atuando mediante eixos temáticos, a saber: 1) gestão
230 financeira orçamentária; como impactará as Contas do próximo ano e emissão das certidões; 2)
231 aquisições em geral; 3) transparência; o Estado já deixou destacados os gastos com a COVID; 4)
232 contratação de pessoal: na semana que vem a ideia é colocar no hotsite as informações dos
233 municípios. Ainda que eles estejam com esforço próprio, é difícil, o TC está trabalhando para ser esta
234 plataforma. Os dados recebidos têm um deslocamento temporal de 50 dias da ocorrência da
235 contratação. Fizeram uma entrada mais simples para terem dados mais recentes. Merenda – vai aderir;
236 a educação não pode esperar. Veio o convite e vão fazer, no âmbito do esforço nacional estão atuando
237 com a rede de controle. Nota da rede sobre transparência já vai sair nos próximos dias. Estão vendo
238 os municípios, que são muitos, via rede. Fica difícil fazer a gestão e a orientação, nos grupos de

239 acompanhamento têm mais ou menos 50 auditores. No mais há análise dos processos parados, para
240 limpar estoque e voltar com fiscalização tempestiva. Tem acompanhado as reuniões do Governo do
241 Estado sobre o COVID, que tem dado abertura, mas colegas relataram dificuldades. Foi aprovada lei
242 estadual para enviar dados, que não tinham marcação; o que se quer é separar gastos para atuar em
243 cima disto, com uma nova plataforma para receber dados, que possibilite que sejam vistos de forma
244 isolada; estão vendo nos diários e fazendo amostragem. Querem automatizar a busca. Esta seleção,
245 primeira amostragem, foi feita via rede de controle. Pelo **TCE-MS**, falaram os **Senhores Gláucio**
246 **Hashimoto e Haroldo Oliveira de Souza. Haroldo**, pela área da saúde, mencionou a existência de
247 divisões temáticas no TC. Saúde e educação têm áreas específicas. Até o início tinham PAF, com base
248 em materialidade e risco, escolheram alguns objetivos. Com a pandemia, suspenderam no home office
249 nos processos que tinham. No início, o Relator deliberou fiscalização por meio de acompanhamento
250 para análise qualitativa das ações, pelo nexos causal e estimativas de preços, para verificar a situação
251 antes da pandemia e como pretendem que fique depois. Fizeram projeto para estender
252 acompanhamento nos principais municípios. Critério de casos confirmados. Há seis municípios do
253 interior com casos de morte. 13 auditores irão se dividir. Para conseguir fazer o trabalho, tentarão
254 fazer associações. Também estão com a diretriz de não atrapalhar a gestão e não querem que desastros
255 aconteçam. **Gláucio**, pela educação, falou inicialmente sobre a merenda escolar. No início de março
256 começaram as auditorias para ver transporte, merenda, uniforme, mas, em razão da paralisação das
257 aulas, as fiscalizações foram suspensas. No Estado, o transporte foi suspenso, mas municípios estão
258 com problemas porque a empresa não está recebendo e estão com dificuldade. Na merenda, os
259 contratos que vinham sendo geridos se mantiveram, não houve contratações esporádicas. Os
260 municípios dividiram por cotas de aluno e estão distribuindo por mês, ou por semana. Pensou-se em
261 incluir a agricultura familiar, para comprar deles, para que esta não fosse extinta. Irão compartilhar
262 uma cartilha e documentos. Pelo **TCE-MT**, falou o **Sr. Roberto**, que informou o seguinte: o Tribunal
263 tem três frentes: 1) cooperação: vai ao encontro do que foi orientado na resolução conjunta; 2) não
264 interferência: o TC está procurando não interferir muito para não atrapalhar as ações que estão sendo
265 destacadas para a COVID; e 3) atuação no processo, com destaque orçamentário. O Cons. Presidente
266 criou um grupo de trabalho, composto por auditores para que o TC efetivamente apoiasse os Poderes
267 no combate à COVID. Aplicou questionário na rede municipal de Cuiabá e Várzea Grande para ter
268 noção do que estavam enfrentando, e revelou os baixos leitos de UTI; viram, ainda, que na rede havia
269 87 respiradores em manutenção. O grupo agiu na presidência e destacaram valor de R\$500mil em
270 parceria com o SENAI, que tem uma força tarefa no Brasil (Ministério da Saúde e empresas) pra o
271 SENAI entrar com o conserto e outros participantes entrassem com ajuda financeira. O TC fez Termo
272 de Fomento; os respiradores estão sendo recuperados para serem entregues à rede de saúde. Na

273 sequência, como a parceria é total, busca-se, por meio de um Termo de Compromisso com os Poderes
274 Executivos, concentrar a regulação destes leitos por uma só Secretaria, com a Secretaria do Estado.
275 Na segunda frente, de não interferência, o Tribunal está em pleno trabalho remoto, na sua gama de
276 fiscalização; os resultados não são nem um pouco parecidos com aqueles realizados de forma normal
277 de trabalho. O que se vai fazer daqui para frente quanto ao controle externo destes gastos, que estão
278 acontecendo de forma mais aberta, será com base na Lei nº 13.979/20, que foi “relaxada” para permitir
279 que as ações tivessem mais efetividade, o que pode custar um preço. O TC está elaborando uma
280 Resolução para orientar aos jurisdicionados quanto à necessidade de que a Lei nº 4320 seja utilizada
281 no que diz respeito ao orçamento, destacado em outro canal orçamentário, para que o TC tenha certa
282 facilidade para fiscalizar este aspecto num futuro próximo. Ressaltou que o Tribunal está aberto à
283 cooperação, que é um parceiro nesta situação, e que o jurisdicionado pode demandar que receberá
284 ajuda. Pelo TCE-PA, falou a **Sra. Ana Paula Cruz Maciel**, que explicou que o Tribunal, no trabalho
285 remoto, está na contramão de muitos. No início, o Governo do Estado convidou o TC e o MP para
286 participarem de uma comissão para acompanhar as despesas da COVID-19 (MPF, MPE, Procuradoria
287 e Controladoria do Estado), contudo, estariam com problemas com a comissão, já que tudo que
288 solicitaram ao Estado não foi atendido e não receberam a documentação solicitada. As despesas de
289 enfrentamento da COVID não estão sendo encaminhadas via processo eletrônico. Estão
290 impossibilitados de ir a campo, não têm acesso ao processo eletrônico e nem recebem documentação.
291 Por outro lado, há um ponto positivo, porque o controle juntou forças e houve muita troca de banco
292 de dados e informações. Paralelo a este grupo, iniciaram o planejamento das fiscalizações
293 concomitantes. O plano anual foi suspenso. O grupo do núcleo de informações estratégicas, com
294 representantes das áreas, juntou todos que são relacionados a estas despesas, por agora, estão
295 terminando um planejamento específico para estas fiscalizações, com base na resolução da
296 ATRICON. Estão compilando a legislação para fazer da forma mais padronizada para facilitar a
297 comparação com o resultado. Informou que há dificuldade para formar um banco de dados, já que o
298 Estado do Pará é grande, tem uma regional no sul e outra no oeste que prestam apoio. Logo no início
299 do ano estava complicado o isolamento, eles chegaram a ir ao hospital de campanha. O foco será:
300 transparência e hospitais de campanha (o que o técnico participou); quanto ao grupo de controle, está
301 focando na montagem e aquisição dos hospitais de campanha. Sobre a merenda, está havendo
302 distribuição via vale de R\$80,00. O grupo sentiu dificuldade porque não conseguiu evidenciar como
303 seria a entrega porque não consta nem CPF do aluno beneficiário. O valor vai para a escola, que não
304 tem qualquer controle. Aderiram ao projeto educação, mas não podem esperar. Esta ação vai ser
305 referência para a execução das fiscalizações. Informou que este plano deve ser finalizado na segunda-
306 feira. Pelo TCM-PA, estava presente a **Sra. Camila**, que explicou que lá não existe Secretário de

307 Controle Externo. O Tribunal está dividido em sete Controladorias e apoio de Assessoramento
308 Técnico. Emitiram duas Notas Técnicas – ajustes nos sistemas para receptionar as dispensas da Lei
309 nº 13.979/2020. Além disso, o Núcleo de Informações Estratégicas criou alguns robôs. Emitiram
310 algumas Cautelares – relativas a pregão presencial ou outras despesas que não tinham relação com a
311 pandemia. Estão com três Notas em elaboração. Vão notificar os gestores pela resolução conjunta,
312 quanto às providencias de boas práticas, para criar um banco específico, para ver o que os municípios
313 estão fazendo. E também querem aferir a transparência, para ver se estão ajustados, com site
314 específico ou destacando o orçamento. Quanto à legislação, têm elaborado Instruções Normativas,
315 (parte geral, como decretar calamidade pública, etc.). Relatou que será produzida alguma
316 norma/orientação sobre pessoal, suspensão de contrato de professores, etc. Pelo **TCE-PB, o Sr.**
317 **Luzemar Martins** (lmartins@tce.pb.gov), representando o **Sr. Francisco**, observou que desde 2017
318 o TC faz acompanhamento em 10 divisões que cuidam dos municípios; examinam todos os atos.
319 Informou que 60 auditores utilizam sistemas de captura e sistema de portal de licitações (avisos de
320 licitação), e que os Relatores e em decisões singulares foi previsto o encurtamento dos prazos para
321 envio das informações. Na área municipal, contam com informações e visitas aos portais de
322 transparência de 223 municípios. A atenção está focada na região metropolitana e em Campina
323 Grande, maior município do interior. Sobre os Portais de Transparência, só a capital criou área
324 específica das ações relacionadas à COVID, em que as ações estão concentradas. O TC realizou duas
325 sessões plenárias virtuais e expediu ofício circular orientando aos municípios que destacassem em
326 seus portais as informações sobre as despesas no enfrentamento da pandemia. O Governo tem
327 concentrado as informações, o empenhamento e o registro, e o TC acompanha semanalmente os
328 relatórios que são encaminhados ao Relator das Contas (atualizados aos domingos e na segunda o
329 Relator os recebe e toma providências). No primeiro relatório foi solicitado um ofício em que fossem
330 relatadas as discrepâncias nas informações; no segundo, emitiram alerta sobre aquelas que
331 continuaram. Na área estadual, existem duas divisões que acompanham as Contas de Governo de
332 modo macro (execução orçamentária) e as providências a cargo do Governador (normas, portarias,
333 etc.). Há, ainda, uma Divisão e Secretarias (desenvolvimento humano, comunicações, segurança).
334 Sobre a dispensa de licitação, o TC tem boa interação com outros órgãos de controle – Secretaria de
335 Fazenda – integração – entrega de materiais, materiais licitados e fornecidos. Matriz de risco –
336 materialidade, procedimentos selecionados, bases do “Infocontas”, com critério de risco na pessoa
337 jurídica e quadro societário, com parentesco na administração ou já punidas, ou mesmo empresas
338 com ex-sócios com histórico ligado a corrupção. Conjunto de indicadores, trilhas de auditorias, para
339 filtrar procedimentos de maior risco e fiscalização mais rápida. Criaram plantão técnico para
340 responder questionamentos. Assessoria técnica na TI, Nota Técnica para orientar como lançar as

341 receitas e despesas. Para identificar o que se relaciona com a COVID e, no âmbito do Estado, uma
342 série de critérios para ver a evolução. Sobre o impacto econômico, estão se preparando para verificar
343 o primeiro quadrimestre, avaliar o impacto na arrecadação e sugerir medidas para colaborar com o
344 poder público e preservar o erário. Pelo TCE-PE, falou a **Sra. Adriana Arantes**
345 (adrianaarantes@tce.pe.gov.br). Observou que no início o Tribunal foi mais orientativo. O comitê era
346 mais deliberativo e orientativo, formado pela Procuradora-Geral, MPC, uma equipe multidisciplinar
347 de auditoria, que oferecia orientação para identificar os problemas e propunha soluções e
348 encaminhamentos. O Tribunal atua tanto por meio de orientações quanto de expedição de Resoluções
349 sobre: compras coletivas, merenda escolar (traz dispositivos obrigatórios nos procedimentos de
350 distribuição e, anexa, há uma cartilha de orientação). Foi estabelecido um modelo de transparência (o
351 que se exigirá das OS, quanto às dispensas, e o formato que eles devem adotar no registro dos sistemas
352 deles, entre outros aspectos, por meio do sistema de coleta de dados, para obrigar envios pelo sistema
353 na nova Lei nº 13979/2020. Que há o indicador relativo ao Índice de Transparência Municipal – no
354 qual fizeram mudanças para incluir a alteração advinda da Lei Federal (que exige portal com seção
355 específica). Recomendações: 1) que não enviassem reajustes para despesa de pessoal; 2)
356 contingenciamento de gastos com a crise; e 3) revisar as licitações em andamento – diferenciar
357 licitações para COVID (desejáveis, e que se quer apoiar aquelas que podem ser descartadas, seja para
358 suspender ou para redimensionar o objeto). É um ponto de controle, se o objeto era supérfluo.
359 Comentou que uma crise está se aproximando e que deve ser levada a sério. Implantaram um processo
360 de consulta eletrônica. Nas atividades de fiscalização suspenderam atividades de campo, reduziram
361 as solicitações de documentos relativos às despesas mínimas e essenciais, e têm focado em processos
362 internos. Consideram oportunista contratar aquilo que não é para o enfrentamento do coronavírus, ou
363 outra despesa necessária (que guarde correlação e precise efetivamente ser realizada). Iniciaram um
364 acompanhamento para a saúde estadual e da capital, mas estão construindo um modelo porque há um
365 volume muito grande de contratações. Tem equipe de saúde doente, com COVID. Quando se constata
366 dificuldade de fornecimento de documentos conversam com os responsáveis para alinhar o fluxo e
367 obter a documentação, sem atrapalhar a gestão. O Controle Interno participou e o problema foi
368 harmonizado. Isto, aliado à cobrança de informações nos portais da transparência, fez com que
369 voltassem a receber os dados das despesas. Não usam preço como referência – salvo para alguns itens
370 (cama, celular), mas quanto aos itens da saúde não há referência de preço. Sobre Organizações Sociais
371 (OS), informou que o TCE tem Resolução que regulamenta a transparência que deve ser praticada
372 pelas OS de saúde, que devem seguir tabelas próprias, para que se possa trabalhar nas bases de dados.
373 Vão formar grupos para elaborar Resoluções para indicar ao gestor o que deve obedecer e cumprir.
374 Possibilidade de realização por videoconferência – estão enfrentando a questão numa outra comissão

375 do CNPTC. A dúvida maior do TCE-PE refere-se à inversão do ônus da prova – se o processo está
376 bem instruído e tem transparência e justificativa, e começaram a receber Representação sobre outros
377 critérios. Continuando, o **Sr. Fabio**, também do **TCE-PE**, informou que estão falando com outros
378 órgãos de controle, tiveram depoimentos “pesados”, comentando sobre oscilação de preços e que a
379 tentativa do TC em estabelecer preço de referência pode ter consequência danosa ao processo. Ainda
380 falaram sobre market place e segurança. Pelo **TCE-PI**, ficou incumbido o servidor **Bruno Cavalcanti**
381 (bruno.cavalcanti@tce.pi.gov.br), que mencionou que o Tribunal iniciou o trabalho remoto em março.
382 Estão no fechamento do primeiro trimestre do ano. Conseguiram selecionar as ações de controle. Têm
383 diretoria especializada, com divisão de política pública de saúde e redirecionaram para uma atuação
384 voltada à fiscalização dos gastos de enfrentamento da COVID. Tem 176 auditores, precisaram fazer
385 um reforço na equipe. Hoje, são 10 auditores fazendo a força tarefa na fiscalização dos gastos. Quanto
386 ao trabalho em si, têm experiência com medidas cautelares; o esforço em instrução é pequeno e
387 conseguem fazer o trabalho preventivo. Irão trabalhar com levantamento. Têm dificuldade com o
388 Poder Executivo. Verificaram a possibilidade de Representação pela equipe ou com o auxílio do
389 MPC; que 23 processos foram suspensos por falhas no edital. Viram a forma de atuação por medida
390 cautelar com bons olhos. Alguns Conselheiros acham não haveria necessidade da licitação presencial
391 neste momento. Também publicaram Orientações Técnicas. Sobre a merenda – têm divisão
392 especializada em educação e não faziam trabalho específico quanto a isto. Viram que o Governo
393 estava distribuindo vale e tentaram ver se cabia ação de controle, contudo, percebeu-se que o recurso
394 não era estadual e sim do FNDE, portanto não era da sua competência. No **TCE-PR**, os **Srs. Rafael**
395 **Ayres e Alexandre** fizeram a apresentação. A CGF é responsável pela fiscalização dos municípios e
396 Inspetorias cuidam do Estado. No âmbito municipal, o TC já fazia fiscalização na saúde, presencial
397 e remota, e a atuação é dividida por processo de trabalho, com unidades especializadas em auditorias
398 e uma outra em acompanhamento, as quais tinham como escopo a área de merenda e saúde. As
399 fiscalizações foram interrompidas. Toda a fiscalização foi repensada. Suspenderam o PAF. Se o
400 serviço não será mais prestado, como ele será pago? Estão pensando sobre estes contratos. Instituíram
401 grupos temáticos para tratar de áreas específicas (licitação, contrato, pessoal, etc.). Tinham
402 jurisprudência que se aplicava a outro momento. Estavam chegando demandas dos municípios que
403 não se aplicavam e, como as sessões do pleno estão suspensas, tiveram que se adaptar. O primeiro
404 teste do virtual será segunda-feira (27/4). Com este grupo, começaram a responder algumas questões,
405 que foram disponibilizadas em um hot site. Trabalho temporário, (se encerra os contratos ou não, etc.).
406 Enfrentaram a situação (adiantamento de pagamento etc.). Começaram a rever a jurisprudência do
407 TC. Se o Executivo poderia repassar ao menos o duodécimo (havia uma consulta dizendo que não
408 podia, somente no final do ano, o que agora não faz mais sentido). Estão trabalhando com perguntas

409 e respostas no site. Depois, terão que enfrentar os casos mais de perto. A equipe fez pesquisa em
410 outros TCs, referendando o que foi feito. Outras questões específicas foram sendo colocadas no site
411 também. Os servidores estão fazendo instrução processual. Quanto às ações de fiscalização da saúde
412 e merenda escolar, estão suspensas. Como estão tratando do tema, cada jurisdicionado está fazendo
413 de um jeito. Estão fazendo levantamento para harmonizar a questão e, nesta fase não querem
414 atrapalhar. Levantar informações sobre os principais contratos continuados que os municípios têm;
415 irão analisar como estão sendo renegociados. Tarifa técnica baseada na presença; como se dará isto.
416 Acompanhamento que tem que ser feito agora, sobre a forma como os municípios estão fazendo
417 contingenciamento, como estão planejando isto. Estão falando sobre critério de materialidade e
418 tipo de municípios para estas questões. Possíveis encaminhamentos: em modo remoto estão vendo
419 assistência social, porque há municípios que estão recebendo valores. Há um grupo de 25 pessoas
420 envolvidas no acompanhamento das licitações, dispensas, sob a ótica da materialidade e relevância,
421 para cada uma delas foi feito um planejamento. Pelo **TCE-RJ**, o **Sr. Sérgio Lino**
422 (slino8116@gmail.com) explicou que tiveram que centralizar para enfrentar o desafio de ser menos
423 invasivo e, ainda, tratar de alguns casos de oportunistas. Aconteceram casos na cidade do Rio de
424 Janeiro. Reviram a estrutura de controle externo. Tiveram que reforçar uma equipe para
425 acompanhamento das contratações nos portais. O grupo está alimentando a equipe de informações
426 estratégicas. Aplicam tipologias conhecidas, mas acrescentando empresas recentes, participação
427 societária e capacidade operacional. Também usam notas fiscais eletrônicas, em cooperação com a
428 Receita Estadual. Verificam se as mercadorias foram realmente compradas, e se sim, se foram
429 entregues. Em um caso observado, o Fisco falou que a empresa nunca comprou a mercadoria que está
430 fornecendo. Também usaram informações da Ouvidoria; passaram a usar informações de redes
431 sociais, principalmente as locais dos municípios. Adotaram modelo de controle centralizado, baseado
432 em acompanhamento para a área estadual. Há acompanhamento do pessoal especializado ligado a TI,
433 outros insumos e pessoal de educação, específico para área da COVID, que está participando do
434 trabalho do IRB, que instaurou, em conjunto, verificação em todos os municípios. O critério de
435 seleção (Resolução nº 302), significância, rotação de ênfase, funciona bem; emitem manual de seleção
436 de objetos de auditoria. Fizeram um manual de revisão, constando a COVID-19. Várias auditorias
437 foram paralisadas porque demandavam visita in loco. Atuaram muito em merenda antes. Começaram
438 com as ações de orientação, que foram expedidas muito cedo. Está para sair uma Nota com a rede de
439 controle do Rio, que é ativa. Tiveram, como novidade, ação conjunta com o MPE, da qual resultou
440 um Termo de Cooperação específico sobre a COVID, que permite ações mais fortes e troca de
441 informações em tempo real. A presidência e a chefia do MP têm troca intensa, o que resultou em ações
442 conjuntas (vão ver Hospital do Maracanã, que está com irregularidades gritantes). Este grupo

443 centralizado vem atuando muito em Representações, nestes casos identificados pelos critérios da
444 Resolução 302, levando em conta a dificuldade de ver no que vale a pena atuar nas ações de pandemia.
445 Sobre a economicidade, o Núcleo tem ajudado a área fim, na verificação de preço. Com as notas
446 eletrônicas e bases nacionais, como o Comprasnet, conseguem fazer alguma coisa. Deliberação
447 específica – pela dificuldade de obter informações sobre as dispensas, que estão sob controle dos
448 órgãos, solicitam que eles as mandem imediatamente para o Tribunal, via sistema de informação. Não
449 compareceu representante do **TCM-RJ**. Em seguida, a **Sra. Anne Carvalho (TCE-RN)** comentou
450 que, em relação à fiscalização de merenda e saúde o TCE-RN não tem áreas temáticas específicas.
451 Que já desenvolvia fiscalização nessas áreas dentro das diretorias que cuidam do Estado e dos
452 municípios, mas não de maneira especializada. Atualmente, as fiscalizações passam por uma revisão,
453 iniciada em 1º de abril, e que a opção não foi suspendê-las integralmente, mas analisar melhor em
454 cada área o que poderia ser aproveitado. Grande parte da equipe foi redirecionada para trabalho de
455 orientação e controle, concomitantes. Em relação à orientação, fizeram reuniões com gestores,
456 Conselhos de Saúde, Secretários Municipais de Saúde, Federação dos Municípios, Federação das
457 Câmaras Municipais, o SEBRAE, os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), abrangendo
458 várias áreas de atuação do Tribunal e, assim, detectaram os principais pontos de dúvida, trabalharam
459 no que era possível e editaram quatro Notas Técnicas incluindo, principalmente, os sistemas de
460 transparência, com suspensão de aplicação de sanção por falta de envio de dados ao Tribunal, mas
461 que elaboraram uma dinâmica de transparência com os jurisdicionados para que eles continuassem
462 enviando as informações; que das reuniões realizadas foram designadas várias ações: Notas Técnicas
463 sobre transparência, contratação, impactos na LRF, atos de pessoal; discussões com os RPPS sobre a
464 compensação previdenciária, que pudesse gerar recursos adicionais aos municípios nesse momento;
465 que reestruturaram, a partir do debate com o SEBRAE, o Portal Licita Fácil, que reúne todas as
466 informações de editais recebidas de gestores para facilitar a consulta dos pequenos negócios; que
467 alteraram o sistema para ter marcador específico de que tipo de contratação está relacionado à
468 pandemia e geraram informativo que vai direto para o SEBRAE para que divulgue aos pequenos
469 negócios os editais, para manter em atividade a economia local; que, além das orientações, foram
470 designadas equipes específicas para as ações de fiscalização, primeiramente montando um grupo
471 geral, coordenado pela Secretaria de Controle Externo, com representantes de várias áreas, sendo
472 definidos eixos de atuação; que desse grupo geral, discutiu-se a importância de designar equipes de
473 fiscalização em cada área para acompanhar as contratações, não especificamente para ver a merenda,
474 embora no Estado já estão se concretizando ações quanto à distribuição de kits do que se tem em
475 estoque nas escolas, além de se discutir a possibilidade de distribuição de vouchers. Estão, também,
476 avaliando a adesão ao programa “A Educação não pode esperar”, em função de limitações

477 operacionais, mas definindo a estratégia. As equipes já estão em teletrabalho. Existe uma diretriz
478 geral da Resolução Conjunta nº 01/2020, relativa à execução do controle concomitante, mas com a
479 cautela necessária, que em relação aos fluxos e critérios estão trazendo a lógica da NBASP nível III,
480 com acompanhamentos concomitantes, e critérios de conformidade previstos na Lei nº 13.979/2020,
481 e com a avaliação de normativos relacionados específicos. Já tiveram trabalhos com aspectos
482 operacionais, não de economicidade, notadamente de eficiência e eficácia. Que houve um trabalho
483 voltado para um hospital de campanha em que foi discutida a otimização de recursos; que havia duas
484 iniciativas e verificaram que as estruturas poderiam ser otimizadas; que houve aspectos de
485 conformidade, ou seja, quebras na transparência, critérios mesclados; que, para a seleção das
486 contratações, estão avaliando o risco de distorção na avaliação do objetivo e a solução para a demanda
487 em combate; que estão incluindo discussões de interesse social, vendo notícias, blogs, imprensa e o
488 que vem sendo mais discutido; que em relação aos critérios de materialidade, em cada uma das áreas,
489 a equipe está montando uma estratégia no Estado e outra nos Municípios; que há, ainda, um forte
490 aspecto de julgamento profissional das equipes; que estão tentando estruturar melhor estes critérios
491 de seletividade; que a Unidade de informações estratégicas vem trabalhando para adequar melhor os
492 critérios, as trilhas, o observatório de despesa pública, analisar as contratações, utilizando a lógica do
493 sistema “Alice” para pré-selecionar e dar uma informação mais trabalhada para as equipes de
494 fiscalização; que sobre o fluxo geral dessas ações, basicamente há duas possibilidades, uma é na
495 avaliação feita pela equipe em se detectar grandes distorções, encerrar no ciclo de auditoria o contato
496 com os jurisdicionados e fazer o registro, ou quando há distorções, é feita a processualização da ação
497 de acompanhamento, tal como Representações que serão apreciadas pelo Relator, pelo Pleno do
498 Tribunal, num rito chamado seletivo e prioritário, nos casos que requerem uma resposta mais célere,
499 e que já existe regulamentação; que hoje existem vinte (20) auditores envolvidos nas comissões de
500 acompanhamento das contratações nas diversas unidades de controle externo, além da equipe de
501 supervisão e gestão. Na sequência, o **Sr. Marcus Cezar (TCE-RO)** falou que em 13 de março
502 começaram uma inspeção especial para avaliar as ações de combate à COVID-19; que dividiram as
503 ações com a fiscalização da saúde, com a elaboração de quatro Notas Técnicas de orientação, com
504 alertas que saem diretamente da Secretaria Geral para o Governo do Estado, quando se trata da
505 aquisição ou contratações de serviços, além de Ofícios circulares, assinados em conjunto pelo
506 Presidente e pelo Procurador Geral de Contas; que, em relação à fiscalização, estão com dezesseis
507 (16) auditores compondo a equipe; que agora estão nas barreiras sanitárias, com uma equipe de três
508 (3) auditores visitando as fronteiras do Amazonas, Acre e Mato Grosso; que em relação à saúde, por
509 área temática, estão atuando em várias frentes, tais como em estruturas hospitalares de alta e média
510 complexidade, visitas in loco, melhorias da canalização de oxigênio, máquinas de tomografia e de

511 ultrassom para melhorar a parte de infraestrutura e pessoal dos hospitais; que conversaram in loco
512 com diretores, enfermeiros, médicos; sobre a infraestrutura, houve verificação tanto no âmbito
513 municipal quanto no estadual; que estão trabalhando também com governança para integrar as
514 diversas secretarias; que existe trabalhando com as barreiras sanitárias e demandas de leitos,
515 solicitando ao Governo do Estado uma estratégia quanto ao fornecimento de leitos, baseado em
516 estudos econométricos da Universidade de Rondônia, considerando a tendência de casos de COVID-
517 19; que estão buscando uma estratégia para expansão da rede de leitos, tanto clínicos, quanto de UTI;
518 com relação à linha de finanças, estão trabalhando com uma decisão monocrática, provocada por uma
519 representação, de forma que o Tribunal determinou ao Estado e aos Municípios que refizessem a
520 reestimativa de receitas neste momento de queda de arrecadação e reavaliassem as despesas, ou seja,
521 identificar as que fossem necessárias e as que pudessem ser postergadas; quanto à educação, foi
522 formada uma equipe com quatro (4) auditores para avaliar a merenda escolar e endereçar
523 recomendações ao Estado e aos municípios, visto que o governo está com um programa de
524 transferência de renda aos alunos em vulnerabilidade; que estão atentos à rede de ensino, com
525 recomendações para uma futura retomada pós-pandemia; que estão verificando também o sistema
526 prisional, como a segregação de presos, os de alto risco, questões sanitárias, EPIs para os policiais
527 penais, concluindo o monitoramento nesta semana e; em relação à assistência social, o Governo do
528 Estado está trabalhando em duas áreas: uma de distribuição de renda e a outra de fornecimento de
529 cestas básicas e kits, de forma que, ao final, foram identificadas outras fontes de recursos na parte
530 orçamentária, que poderiam maximizar o número de pessoal nestes programas específicos; que a
531 partir desta demanda do Tribunal, o Governo do Estado começou sua articulação na assistência social,
532 pois até então estava inerte; que no hot site do Tribunal as ações estão dispostas de forma adequada
533 com os relatórios técnicos e as decisões monocráticas; em relação às aquisições, foi demandado à
534 Unidade de inteligência alguns critérios como materialidade, aquisições acima de um ou dois milhões,
535 histórico das empresas e compras não relacionadas à COVID-19, para encaminhar toda semana trilhas
536 estaduais e municipais, de forma que o Tribunal possa selecionar de forma assertiva qual área vai
537 atacar; que, por meio da inteligência, conseguiram informações relacionadas à compra de kits de
538 testes e acionaram o Controlador Geral para tomar medidas, tendo em vista que o mercado está
539 pedindo pagamento antecipado em média de 30%; que por meio de Nota Técnica tornou-se possível
540 ao Tribunal oferecer orientação, indicando medidas para salvaguardar o erário quanto ao pagamento
541 antecipado, com posterior encaminhamento do ofício ao Relator, de forma que sejam notificados, na
542 sequência e via ofício, o Governador e o Secretário de Saúde. Em seguida, o **Sr. Jonathas Coutinho**
543 **(TCE-RR)** comentou que foi criado um comitê, composto por três (3) auditores, coordenado por um
544 Conselheiro, com atividades destinadas ao acompanhamento célere das medidas de enfrentamento,

545 monitorando de acordo com as redes de informações e canais de informações diversos, as
546 contratações por tempo determinado de servidores, aquisições e licitações; que o Estado é pequeno e
547 não tiveram ainda grandes ações sendo realizadas, mas as notícias apontam que as contratações estão
548 acontecendo e, em virtude da baixa transparência no estado, essas informações acabam não sendo
549 contempladas pela rede oficial de informações do Tribunal; que possuem um sistema que monitora
550 todas as licitações e contratos dos jurisdicionados; chegam a imprensa divulga notícias de que houve
551 aquisições de ventiladores, EPI, contudo estas informações não constam no sistema, daí o Tribunal
552 acaba por executar ações de forma reativa; que de forma célere, tentam identificar um processo, ver
553 situações fora da curva da normalidade, para não interferir e não atrapalhar; que nesse formato de
554 ação estão trabalhando há duas semanas e conseguiram monitorar cinco (5) processos que agora serão
555 alvo de fiscalização; que pediram cópia dos processos que serão encaminhados para análise quanto
556 aos critérios de seleção de fornecedores e preço; que estão preocupados com a flexibilização trazida
557 pela Lei nº 13.979/20, e estão solicitando planos de ação de todos os municípios afetados pela
558 COVID-19, de forma que sejam analisados e devolvidos aos gestores, com sugestões de melhorias,
559 compondo, assim, um pilar da atuação; que além disso, procuram dar orientações informais, por
560 telefone, e-mails, reuniões virtuais; que tiveram uma atuação formal respondendo a uma consulta da
561 Câmara de Boa Vista sobre a utilização de um recurso que está em um fundo para a compra de EPI e
562 doação para o Estado e para o Município e, dessa forma, orientaram que a melhor alternativa seria
563 desvincular o recurso do Fundo e transferir para a Prefeitura realizar a gestão em saúde; que pediram
564 uma parceria com a CGE para encaminhar as ações que estão fazendo, relacionadas à COVID-19,
565 mas a obtenção de informações é difícil e ainda não receberam nenhuma informação da CGE; que
566 em relação à educação têm atuação ordinária, que chamam de “ordenada”, mas que foi suspensa por
567 causa da COVID-19; que, por meio da proposta do comitê técnico de educação do IRB, já há
568 indicação de que irão aderir ao Acordo de Cooperação, que será prioritário para o Tribunal; ainda,
569 abordou que tudo relacionado à COVID-19 é prioridade na fiscalização: análise dos planos de ação,
570 emissão de Notas Técnicas, e, apesar de ainda não terem emitido nenhuma, orientaram por meio de
571 ofício circular; que participaram de reuniões com a CGU e, na escala de prioridades, em terceiro lugar
572 veio o estoque de processos e, como não estão conseguindo identificar tantas atuações, a maior parte
573 da equipe continua trabalhando no estoque, porém, quando chegam atividades de nível prioritário, a
574 ideia é trabalhar nelas; que, além disso, as orientações estão sendo passadas de acordo com as notas
575 técnicas do CNPTC, e que as dificuldades já foram bem mencionadas; que o hospital de campanha
576 ainda não entrou em atuação em razão de omissão do Governo do Estado; que estiveram com uma
577 equipe em campo, mas o General responsável, coordenador da operação, foi acometido pelo
578 coronavírus, foi quem recebeu os auditores; que hoje as visitas in loco estão suspensas para evitar

579 exposição. Posteriormente a **Sra. Andrea Couto (TCE-RS)** falou quanto à merenda e à saúde; que
580 faziam fiscalização nas duas temáticas, mas não de forma específica; que as auditorias de saúde que
581 avaliavam o desempenho não estão acontecendo nesse período e que a auditoria de merenda está
582 voltada agora para a questão da distribuição da merenda, tanto na capital como no Estado; que há
583 limitações e estão atuando de forma remota; que verificaram no município de Porto Alegre que a
584 assistência social é a responsável pela distribuição de cestas básicas para as famílias em
585 vulnerabilidade, e que é difícil verificar se as cestas básicas estão chegando aos alunos; que em
586 relação à saúde e questões envolvidas com a COVID-19 houve movimentos, tal como orientação aos
587 municípios para realização do registro contábil dos recursos destinados ao combate do coronavírus;
588 que estão desenvolvendo um painel no BI Auditoria para que os colegas possam ter informações de
589 forma fácil, pois estão trabalhando por acompanhamento e a ideia é disponibilizar no Portal
590 Informações para o controle social; que foram desenvolvidas algumas consultas padronizadas no
591 “Licitacom”, que geram alertas para auditores, sendo que o único critério é o objeto da licitação estar
592 relacionado com a COVID-19 ou ter classificação no sistema C, pela Lei nº 13979/20; em seguida,
593 avaliam se devem fazer algum tipo de questionamento; que trabalham muito com requisição e
594 comunicados de auditoria, que os coordenadores emitem uma espécie de alerta para que o gestor
595 tenha ciência do que está sendo acompanhado e adote as providências que entender necessárias; que
596 os critérios de análise das licitações são basicamente os que já são feitos no “Licitacom”; que os
597 critérios do “sistema Alice” e mais alguns são informados ao auditor quanto a eventual questão
598 relacionada com a empresa, afinal são muitos critérios do “Licitacom”, que em situações extremas
599 poderiam culminar com pedidos de tutela de urgência, mas que isto tem sido evitado; tiveram um
600 caso de contratação de empresa agropecuária para realização de exames, mas o MPE determinou a
601 suspensão do contrato e, embora o TC não tenha feito intervenção, estão monitorando; que a ideia é
602 verificar a relação do objeto da contratação com a pandemia, de forma que a própria equipe de
603 auditoria esteja atuando e fazendo contatos; que em relação à prevenção e à orientação, há pessoas
604 envolvidas na esfera municipal, que estão fazendo o acompanhamento em paralelo com as outras
605 atividades e, na esfera estadual, estão envolvendo as equipes da Secretaria da Saúde, Defesa Civil e
606 Assistência Social, que são as áreas do Estado que mais atuam no enfrentamento da pandemia, sendo
607 monitoradas mais de perto; a coordenadora, **Sra. Crislayne (TCE-PR)**, comentou que é nítido que
608 os tribunais que já tinham ferramentas de acompanhamento de editais estão mais avançados para a
609 realização do trabalho concomitante em relação àqueles que não tinham e estão com maior
610 dificuldade, por não terem sistemas de captação de informação. Na sequência, o **Sr. Marcelo**
611 **Brognoli da Costa (TCE-SC)** abordou que no TCE-SC a relação com o Poder Executivo é boa, no
612 que diz respeito à troca de informações; que participaram de reuniões com as Secretarias de Saúde,

613 Administração, Administração Prisional, CGE e MP, e que foi criado um grupo de whatsapp em que
614 há troca de informações, e são apontadas as necessidades e apresentadas propostas de soluções; que
615 eventuais documentos que norteariam elaboração de decreto ou qualquer material submetido à
616 tomada de decisão eram previamente analisados pelo grupo, ou seja, muitas coisas foram decididas
617 em conjunto, sendo uma mistura de ação de controle e gestão; que, após isso, houve um arrefecimento,
618 principalmente em relação à contratação de um hospital de campanha, quando se observou na minuta
619 do edital um prazo de abertura distinto; que, em seguida, houve uma Representação, de forma que o
620 TC atuou e fez apontamentos para os Secretários da Saúde e Defesa Civil quanto a esta contratação;
621 que, neste caso, a Assembleia demandou ofício para discutir uma comissão especial, de forma que as
622 manifestações do TCE-SC fundamentaram o cancelamento da contratação; que, a partir daí, recuaram
623 em participar do grupo e estão fazendo a análise das licitações que estão ocorrendo via sistema
624 ESFINGE, pela remessa eletrônica das dispensas; que tiveram atuação forte na orientação, por meio
625 de perguntas e respostas, inclusive compartilhadas no grupo, e que o material está em atualização
626 constante, na medida em que as perguntas são encaminhadas; que não existe uma comissão específica
627 na área de controle para o tratamento da COVID-19; que fazem reuniões frequentes com propostas
628 de encaminhamentos; que muitas coisas com rito ordinário em consultas encaminhadas ao TCEE-SC
629 têm sido realizadas como orientação técnica, com parecer conjunto da Diretoria de Controle com a
630 área específica demandada, seja na saúde, pessoal ou contratos; que o TCE-SC não tem uma divisão
631 temática, e sim por origem da matéria, seja licitação e contratos, Contas de Governo, de forma que
632 congregam, de acordo com a necessidade uma equipe orquestra as soluções e encaminhamentos; que
633 a Diretoria de Auditorias Especiais tem desenvolvido um trabalho interessante, que dá
634 encaminhamento das tratativas do IRB e CNPTC, e que aderiram a essas demandas para realização
635 dos controles, mas fizeram estudos, com levantamento para projeção de contaminação, de forma que
636 os dados apontados, regionalmente e por municípios, destacaram média de idade, óbitos por questões
637 respiratórias, circulatórias e neoplasias, para assessorar o gestor na tomada de decisão, ou seja, pelo
638 levantamento pode informar melhor ao gestor onde seria mais grave e mais célere o contágio, pois a
639 população estaria mais situada na área de risco; que este estudo foi repassado para a Assembleia e o
640 Governo do Estado, e para a área municipal; que o TCE-SC tem uma interação muito boa com a
641 Federação Catarinense de Municípios, que compartilha documentos inerentes a decretos de estado de
642 emergência, normativos municipais sobre a contratação temporária, o que fazer com profissionais da
643 educação e professores efetivos em municípios que não conseguem fazer aula virtual; que estão
644 centrados muito na orientação; que toda ação do TCE-SC em processo acabou por frear alguns
645 procedimentos; que não houve levantamento de desvio por ora, pois não é a preocupação atual do
646 TCE-SC e, por se tratar de ano de eleição municipal, apesar da diminuição nas consultas relacionadas

647 a este tema, houve acréscimo nas consultas relacionadas à pandemia, com forte incremento em
648 denúncias e representações. Informou que, assim que o foco nas eleições for retomado, o controle
649 social deve ressurgir e que alguma ação para tentar inviabilizar uma candidatura será grande; que há
650 trabalhos da auditoria operacional na área de saúde, ou seja, se é melhor um hospital gerido por OS
651 ou diretamente; que, no aspecto da merenda, o TCE-SC tem atuado em acolhimento às demandas que
652 surgem, como cesta básica e outros como o esgotamento de repasses de valores e demais situações
653 distintas; que desejam atuar na Federação para compreender a realidade total dos municípios e
654 oferecer orientação abrangente; que receberam a convocação da Assembleia para cessão de servidores
655 para a comissão, frente ao equilíbrio fiscal e econômico; que muitas atividades foram cessadas e que
656 houve suspensão de remessa de dados ao TC, exceto daqueles relativos aos atos de licitação; que se
657 pensa em rever o procedimento para receber dados de orçamento e pessoal; abordou, ainda, sobre
658 matriz de risco e a Controladoria Geral do Estado, sobre a orientação aos jurisdicionados quanto às
659 contratações e pagamentos antecipados; e, por último, a sessão virtual. Em seguida, o **Sr. Ismar**
660 **Viana (TCE-SE)** destacou que o TCE-SE, mesmo antes da publicação das notas técnicas do IRB,
661 ATRICON e CNPTC, adotava uma linha de intervenção somente quando fosse necessário; que no
662 TCE-SE não há uma Secretaria Geral de Controle Externo, pois o modelo é pautado no critério
663 geográfico, e que há seis áreas técnicas; que há uma Unidade de Informações Estratégicas, da qual é
664 coordenador; que o TCE-SE demandou esta unidade para obter informações e traçar critérios com
665 base na Lei nº 13.979/2020, de forma que o relatório pertinente só irá ser emitido, efetivamente,
666 quando forem preenchidos os critérios, de forma que cada unidade técnica faz o devido
667 acompanhamento, emitindo um juízo de valor, se for o caso de fazer o acompanhamento ou não, para
668 concretizar o instrumento de fiscalização; primeiro verificam se as dispensas e os pregões guardam
669 relação temática com as atividades de enfrentamento a essa situação de emergência de saúde pública;
670 analisa-se, ainda, se as dispensas e os pregões foram publicados em site específico, levando em conta
671 os normativos da Lei nº 13.979/20, que dispõe que deve haver a imediata disponibilização em site
672 específicos e a publicação em portal oficial; entenderam que podem identificar excesso na parcela de
673 contratação, sendo provável que o gestor se valha da situação de anormalidade para fazer a
674 contratação em quantidade superior ao que é efetivamente necessário; que até agora foram feitos dois
675 relatórios deste levantamento e em um deles foi identificada a contratação de um hotel e, após o
676 relatório, o Estado revogou a contratação; que a revogação por si só não induz à perda de objeto; que
677 se for detectado algum ato irregular, trabalham na perspectiva da responsabilização; que os relatórios
678 de acompanhamento podem resultar em Representações com pedidos de Cautelares. O TCE-SE
679 priorizou estas ações para não tumultuar a gestão; que foram publicados atos suspendendo diligências
680 e citações, mas não com base na Lei nº 13.979/2020, mas sim com fundamento nos processos em

681 curso; que há seis áreas e algumas delas optaram por não realizar o controle concomitante e sim atuar
682 nos processos em curso; que há muitos servidores em teletrabalho; que uma Unidade Técnica tem por
683 foco a merenda escolar, e está demandando às unidades gestoras para focarem nas contratações; que
684 houve autorização de auditoria operacional na receita para verificar a redução e o repasse do
685 duodécimo aos órgãos e Poderes; que, em regra, há relatórios e levantamentos feitos pelas Unidades
686 Técnicas vinculadas à Diretoria Técnica do Tribunal e os acompanhamentos das unidades vinculadas
687 diretamente aos Conselheiros; e que, por fim, foram colocados dois auditores para verificar os portais
688 da transparência e denúncias em veículos de comunicação. Posteriormente, o **Sr. Paulo Sugiura**
689 **(TCE-SP)** abordou que, na merenda e saúde, estão atuando nas Contas de 654 prefeituras do Estado
690 e nas Contas do Governador, com foco em ensino e saúde de forma concomitante, além da análise de
691 atos jurídicos, que são os contratos que chegam ao TCE-SP, independentemente do tema; que, com
692 base na Lei nº 13.979/20, a pontuação na matriz de risco é alta, mas se isto não cair na matriz já
693 possuem uma orientação para ter foco nas contratações baseadas na COVID-19; que na primeira
694 quinzena de março, já que estão no epicentro da epidemia, os Poderes (Ministério Público, Executivo
695 e Assembleia) se reuniram de forma que, cada um na sua área, pudesse cumprir seu papel; que coube
696 ao TCE-SP a colaboração com a Assembleia Legislativa, para padronizar, no momento de
697 reconhecimento da calamidade pública, quais seriam as obrigações mínimas que os municípios
698 deveriam seguir, inclusive quanto às contratações, e que recomendação por meio de Decreto
699 Legislativo de calamidade pública seria realizada para compor um setor ou uma pasta específica nos
700 portais de transparência desses órgãos; que trabalharam durante esse tempo em comunicados sobre
701 contratações, transparência e controle; que produziram um comunicado dirigido aos Conselhos de
702 Saúde e Controles Internos para relembrar o papel deles no acompanhamento e na fiscalização das
703 despesas relacionadas à COVID-19, além de uma Nota Técnica de procedimentos de verificação e
704 orientação para fiscalização; que estão trabalhando sobre o conteúdo e as determinações da Lei nº
705 13.979/20 e da Lei de Acesso à Informação (LAI), buscando uma forma de detalhar mais as
706 informações, pois as instruções permitem que a fiscalização possa trabalhar de forma remota; em
707 razão de os servidores estarem em isolamento, por força de Decreto, até 10/5, acreditam que o período
708 de isolamento irá se estender; que há 426 municípios, incluindo a capital, com Decreto de calamidade
709 pública, ou seja, cerca de 70% dos municípios, incluindo a capital, mais o Governo do Estado,
710 decretaram calamidade pública; que o foco está voltado à COVID-19; que as informações de captura
711 do governo e dos municípios, de forma eletrônica, permitem que trabalhem gerencialmente, criando
712 no software gerencial (BI) painéis gerenciais de compras dos materiais e produtos; que é sensível
713 falar nesse momento quanto à oscilação de preço, sobre o que seria exorbitante, pois estar caro ou
714 não depende da análise conjuntural e do que está no contrato ou no ato de dispensa, pois ainda não

715 há um parâmetro quanto ao preço de mercado; que estão trabalhando remotamente e não suspenderam
716 as prestações de contas, apenas as seções e prazos processuais, mas já retomaram; que foi emitida
717 uma Resolução instalando, em caráter excepcional e temporário, o Plenário virtual, com primeira
718 sessão prevista para o dia 28/4; que a fiscalização suspendeu a prestação de contas física, mantendo-
719 a de forma remota; que uma solução que estão avaliando é tentar organizar os portais de transparência
720 para segregar com elementos a mais, tipo local de destinação, nota de empenho, nota de liquidação,
721 sem onerar; que possuem o sistema AUDESP para a captura de contratos; que para acompanhar as
722 despesas da COVID-19 o sistema de coleta contábil determinou que as despesas tivessem um código
723 de aplicação específico da COVID-19 para facilitar o filtro das despesas relacionadas à pandemia;
724 que no primeiro momento serão avaliadas a economicidade e a legalidade, pois a verificação ou
725 inspeção física não está recomendada, nem permitida nesse momento; e que a situação é sensível,
726 pois estão há quarenta (40) dias em isolamento, mas não pararam; a coordenadora, **Sra. Crislayne**
727 **(TCE-PR)**, abordou que, como São Paulo é o epicentro, imagina-se que o volume de contratações é
728 maior, até por ser o Estado que concentra o maior PIB brasileiro e, em seguida, perguntou quais têm
729 sido os contratos de maior risco, em que tipos de objetos de contratação foram verificados problemas.
730 **O Sr. Paulo Sugiura (TCE-SP)** falou que ainda não dispõem do levantamento desses contratos de
731 maior risco, até porque há determinação do Relator para que sejam acompanhadas todas as despesas
732 relacionadas à COVID-19, para se priorizar este tipo de contratação. Quanto ao mérito da escolha do
733 local, a fiscalização não vai avaliar, ou seja, por que foi escolhido um ou outro local, ou por que um
734 ginásio foi convertido em hospital de campanha, pois não compete à fiscalização, e não farão essa
735 ingerência ao Poder Executivo, mas será avaliada a economicidade, os preços serão comparados
736 dentro da realidade e da conjuntura da economia, considerando que houve uma oscilação de preço
737 muito grande e falta de produtos por semanas, caracterizando uma situação realmente terrível; a
738 coordenadora, **Sra. Crislayne (TCE-PR)**, sugeriu que São Paulo desse um feedback ao grupo, se
739 possível semanalmente, para compartilhar as dificuldades que estão passando. Em seguida, o **Sr.**
740 **Lívio Fornazieri (TCM-SP)** elogiou a apresentação de todos e preparou a sua em powerpoint para
741 facilitar o acompanhamento; que o TCM-SP se dividiu por coordenadorias de fiscalização, sendo uma
742 específica em educação, cultura e esportes; que o valor liquidado em educação no ano passado foi de
743 12 bilhões de reais; que há uma coordenadoria que trata de saúde e assistência social e que na saúde
744 foram empenhados 11 bilhões de reais; que se estruturaram criando uma Câmara Técnica, envolvendo
745 o Prefeito, Secretários, Câmara Municipal e Tribunais de Contas e, dessa forma, alguns assuntos
746 foram tratados nas reuniões ocorridas nos dias 23 e 24/3, decidindo-se sobre a doação de gêneros
747 alimentícios que estavam para vencer e a criação de um catálogo de alimentação para distribuição de
748 valores para as crianças, por não estarem se alimentando na escola; que foi aprovada uma lei

749 autorizando, quanto ao transporte escolar, que as peruas fossem usadas na saúde para levar pacientes
750 aos hospitais, o que poderia ser uma ideia para outras localidades; quanto à manutenção dos contratos
751 terceirizados, os pagamentos estão sendo feitos pelas diversas secretarias dos municípios,
752 descontando-se os custos que não estão incidindo no momento por falta de execução dos contratos,
753 mas para garantir que os terceirizados não sejam demitidos; que o contratado precisa apresentar o seu
754 corpo de funcionários e mantê-los posteriormente, e que há justificativas para isso; que foi decidida
755 a utilização dos valores de depósitos judiciais que não estão sendo utilizados pelo Tribunal de Justiça,
756 postergação de pagamento de precatórios, postergação de pagamento de parcelas da dívida com a
757 União e desvinculação dos Fundos Municipais; que com as desvinculações e adiamentos, o município
758 tem 17 bilhões de reais em caixa; que estão atentos a propostas não republicanas (ex.: o serviço
759 funerário é todo da prefeitura, não existindo particular atuando nisso e a prefeitura está fazendo uma
760 concessão, não parecendo ser o melhor momento para se fazer isto); que foi criada uma Relatoria
761 especial, somente para lidar com as questões da COVID-19, que ficou com sob a responsabilidade do
762 próprio Presidente; que foi criado um grupo especial, que trabalha essas questões da COVID-19; que,
763 quando a Câmara Técnica faz propostas o grupo especial é acionado e estuda o tema que está sendo
764 proposto para verificar se existe alguma infringência à legislação ou não; que foi criado um subgrupo
765 estratégico para, além de definir o que fazer, definir como atuar nos moldes como os TCs fizeram
766 com os cadernos de encargos da copa do mundo de 2014; que estão observando o que outros TCs
767 estão fazendo; verificando normatizações não só no Município, mas nos Estados e na Federação, além
768 de tentar criar marcos jurídicos, pois muita coisa está acontecendo e estão preocupados em deixar o
769 jurisdicionado e o Relator com segurança para não cometer erros; que, em relação à educação, será
770 feita uma auditoria com os cadernos para educação infantil, ensino fundamental, médio e de jovens e
771 adultos; que o material será entregue pelos correios na casa dos estudantes; que o objetivo é verificar
772 se o material impresso e o conteúdo digital são aderentes ao currículo municipal, como está prevista
773 a correção das atividades propostas pelos professores e como esse período será considerado para o
774 cumprimento de carga horária escolar; que, em relação à merenda, além do que já foi falado sobre os
775 gêneros alimentícios, será mapeado e verificado se o auxílio merenda está funcionando e como está
776 sendo distribuído; que a demora de duas semanas para uma criança que depende da merenda escolar
777 é muito tempo; será verificada a divulgação com transparência dos gastos com alimentação; se o que
778 a Secretaria Municipal de Educação está comprando corresponde aos itens do cardápio escolar; as
779 aquisições de gêneros da agricultura familiar e orgânicos, além da destinação dos recursos do FNDE
780 e do PNAE; que, em relação à saúde, possuem um sistema chamado “Radar”, por meio do qual são
781 mapeadas algumas situações por critérios de relevância, risco e materialidade; que trabalham muito
782 em São Paulo com o acompanhamento concomitante, de forma que 25% de sua atuação é em editais,

783 o que continuam fazendo, assim como na execução de contratos; que a Secretaria Municipal de Saúde
784 (SMS) publicou um edital de serviço de chamada pública para prestação de apoio diagnóstico
785 laboratorial de análises clínicas e que o procedimento normal seria analisar o edital e identificar
786 irregularidades e que, quase sempre, é sugerida a suspensão do certame para que o edital possa ser
787 refeito, só que, nesse caso especificamente, em vez de suspender, estão recomendando outros
788 mecanismos mais céleres previstos na Lei nº 13.979/20; um outro caso, como exemplo, foi que um
789 dos Conselheiros apresentou denúncia verbal sobre a compra de um milhão de unidades de máscaras
790 cirúrgicas com preço acima do mercado; foi feito um levantamento inicial, e se constatou que o preço
791 era verdadeiro, que o preço anterior era R\$0,10 por máscara, mas que os fornecedores antigos
792 abandonaram a ata, preferindo sofrer sanções, para poder vender por preços maiores no momento;
793 que, em vez de fazer um acompanhamento, podendo sugerir a suspensão do fornecimento,
794 entenderam por não fazer o acompanhamento concomitante, mas uma análise da contratação, de
795 forma que a prefeitura pudesse apresentar suas justificativas e, em seguida, verificar o que realmente
796 aconteceu, ou seja, se foi entregue ou não, podendo-se também verificar qual foi a notícia inicial e o
797 que aconteceu depois; que o TCM-SP editou um documento com várias recomendações, ações de
798 enfrentamento, a ser divulgado, no máximo, na próxima semana, com mais de 50 páginas, nas áreas
799 da saúde e assistência social (considerando o pessoal de rua e idosos); que foi feito um estudo muito
800 interessante sobre a situação do serviço funerário do município de São Paulo, seja da falta ou da
801 perspectiva de colapso do serviço funerário no município; que na área da saúde também fizeram esse
802 enfrentamento com vários itens, como respiradores, EPIs e assim por diante; que foram estudadas
803 medidas anticíclicas e de equilíbrio fiscal, embora a situação do município não seja ruim, mas que
804 esta fase pode se alongar por mais quatro ou cinco meses; que está sendo cobrada transparência
805 relacionada aos gastos com a COVID-19, pois na área da saúde existem contratos de gestão e a
806 prefeitura alega que, quanto ao que for adicionado aos valores dos contratos de gestão originais,
807 haverá dificuldade de dar transparência, e é justamente nisto que acreditam que pode haver muitos
808 problemas, pois há muito repasse de dinheiro para as Organizações Sociais, mas não existe quase
809 nenhuma transparência e prestação de contas desses valores; que estudaram também operações
810 urbanas, cujos valores devem ser aplicados em seu próprio âmbito; então, há um estudo referente à
811 desvinculação também dos recursos excedentes; e, por fim, que há outras iniciativas do TCM-SP que
812 foram disponibilizadas ao grupo, como boletins informativos diários com notícias de jornais
813 internacionais para acompanhar as medidas que estão acontecendo em outros países; que foram
814 criados boletins com atos normativos do município e governo de São Paulo, assim como do Governo
815 Federal, assim como o “ÍRIS”, que é o átomo radar, uma versão web disponível para toda população,
816 imprensa, com a aba COVID-19, em que qualquer pessoa pode verificar os gastos relacionados à

817 COVID-19, embora alguns gastos ainda não tenham sido incluídos, mas, pela cobrança que está sendo
818 feita, a prefeitura deve se movimentar neste sentido. Na sequência, a **Sra. Dênia Luz (TCE-TO)**
819 falou que exporia um levantamento das principais ações que estão sendo feitas no Tribunal; que foi
820 criada uma comissão com ação orientativa para direcionar as ações do controle externo; que foi
821 emitido Ofício solicitando a criação de Portal da Transparência com as informações sobre a COVID-
822 19; que, em paralelo, as equipes de fiscalização também estão atuando para verificar se as orientações
823 estão sendo praticadas e, caso não estejam, já fazem uma propositura para o Relator, visando dar mais
824 efetividade à sua atuação; que foram emitidas Notas Técnicas; que, quanto à alimentação dos
825 sistemas, como o SICAF e LCO, nos quais todas as licitações e contratos são registrados, houve
826 orientação para que o prazo de cinco (5) dias fosse reduzido para quarenta e oito (48) horas e, embora
827 nem todos tenham adotado este prazo, está sendo feito um acompanhamento diário; que o Tribunal
828 está orientando e, ao mesmo tempo, cobrando quanto às suas orientações; que foram emitidos alertas;
829 que perguntas e respostas sairão na próxima semana; que já foi criado um hot site, a ser lançado
830 também na próxima semana, assim como uma Portaria sobre as fontes de recursos, identificando todas
831 as receitas e despesas provenientes da COVID-19, com código próprio e detalhamento para
832 acompanhamento; quanto à atuação do TCE-TO, já trabalhavam com a análise dos editais e contratos;
833 que todo o corpo técnico vai priorizar a COVID-19; quanto à merenda, já faziam auditorias e no
834 momento estão trabalhando na análise de editais, como por exemplo, um para aquisição de kit de
835 alimentação escolar, com análise de preços dentro da esfera estadual e que, no mesmo período,
836 verificaram discrepâncias entre um edital de aquisição de cestas básicas entre dois órgãos (Secretaria
837 de Ação Social e Secretaria de Educação), com os mesmos itens, mas com uma oscilação de preços
838 enorme (mais de 50%), daí pediram justificativas; que trabalham pedindo esclarecimentos e,
839 dependendo de cada caso, é analisada qual seria a proposta de encaminhamento mais viável, a
840 exemplo de uma Cautelar, pois já houve casos, assim como objetos que não tinham nenhuma relação
841 com a COVID-19, como um edital para aquisição de carros de luxo para um órgão e, embora fosse
842 uma ata de registro de preços, o TCE-TO atuou e o certame foi suspenso; que verificaram o caso de
843 dedetização com valores exorbitantes, ou seja, situações sem relação com a COVID-19, mas que
844 utilizavam a sua legislação, além de outras situações que não utilizavam a legislação da COVID-19,
845 mas que no contexto atual não seriam interessantes; a coordenadora **Crislayne (TCE-PR)** perguntou
846 se todos os acompanhamentos que são feitos têm processos e Relatores ou fazem o acompanhamento
847 prévio e só abrem o processo quando notam alguma coisa. A **Sra. Dênia Luz (TCE-TO)** falou que a
848 distribuição dos órgãos é por listas, que são vinculadas aos seis Relatores, que fazem proposições e
849 decidem se será aberto um processo ou se é suficiente pedir esclarecimentos para realização de uma
850 análise prévia. A coordenadora **Crislayne (TCE-PR)** lembrou que está aberta uma consulta pública

851 no site do IRB sobre a tradução de duas normas da INTOSAI, uma sobre os princípios das atividades
852 de fiscalização e outra sobre a avaliação de políticas públicas e, assim que for respondida/aprovada,
853 um dos pontos a serem vistos é a vinculação do processo de fiscalização, ou seja, quem fará o
854 julgamento depois, pois na P-50, a orientação é que não se faça isso. Além disso, falou que recebeu
855 do Sr. Dagomar Henriques (TCU) vários documentos e que o TCU faz um trabalho por meio do
856 “sistema Alice”, mas o que eles olharão especificamente não será a economicidade, mas se o objeto
857 tem vínculo com o problema da calamidade; que foi criado um setor específico no TCU para juntar
858 as informações dos repasses do Ministério da Saúde para os municípios; que querem criar um grande
859 portal informativo para verificar as distribuições, até porque já conseguiram detectar pelas
860 transferências municípios que receberam verba para combater a COVID-19 sem ter nenhum caso,
861 então eles querem saber para onde está indo esse dinheiro e como os municípios estão gastando, daí,
862 provavelmente, teremos um grande repositório, em que poderão ser consultados os documentos. Em
863 seguida, o **Sr. Jeú Campelo (TCE-AC)**, comentou que no TCE-AC já havia trabalhos sobre merenda
864 e saúde no Estado e, por coincidência, houve um fato sobre a merenda no qual a polícia civil atuou,
865 inclusive com prisão; que em relação à saúde estão atuando com o estoque de medicamentos e que,
866 embora estas fiscalizações não tenham continuado, sugeriram outras demandas referentes à saúde e à
867 merenda; que dividiram o que estava sendo feito antes e depois da pandemia; que estão em
868 teletrabalho e os prazos ficaram suspensos até o dia quinze de abril; que após esse prazo houve
869 liberação para fazer o trabalho normalmente, desde que fosse com cuidado; que a equipe ficou muito
870 reduzida e a maioria ficou no teletrabalho; que estão trabalhando na auditoria apenas aqueles que não
871 optaram pelo teletrabalho; que em relação à fiscalização no momento da pandemia, estão com um
872 trabalho principalmente na merenda, na saúde e com foco nos órgãos que apresentam qualquer
873 despesa relacionada à pandemia; que, na merenda, como houve esse problema criminal, com denúncia
874 e manchete, e resultou em prisão pela não entrega da mercadoria, o Estado fez dispensa para comprar
875 “sacolões” e entregar aos alunos; que antes disso tinham começado a trabalhar visitando Secretários
876 e Sub-Secretários de Educação para acompanhar as entregas nas escolas, com trabalho in loco, tanto
877 no Estado quanto na Prefeitura de Rio Branco; que em relação à saúde, o trabalho que está sendo
878 realizado agora é igual ao da maioria; que todo o atendimento foi direcionado para um hospital que
879 estava em reforma, acompanhada por dois auditores da área de engenharia; que no Estado quiseram
880 fazer um hospital de campanha mas não tinham projeto básico, daí foi pedido o acompanhamento
881 desde o início quanto a esse trabalho; que em relação aos objetivos das fiscalizações, no primeiro
882 momento, seria só acompanhar, mas se algo irregular fosse verificado, haveria intervenção; que assim
883 como outros assuntos que foram abordados pelos colegas, estão acompanhando as licitações pelo
884 “Sistema Lecon”, que obrigam a publicação no site do TCE-AC para acompanhamento, após 48h da

885 assinatura dos contratos (ou ata equivalente); que se houver algo de errado é feito um alerta ao gestor
886 ou para quem for responsável; que estão acontecendo alguns casos, como a falta de água na cidade,
887 em que se alega fazer uma dispensa pela questão da compra de produto químico, pois as ruas estavam
888 sendo desinfetadas com cloro e alguns produtos, mas que também estão acompanhando isso; que
889 estão acompanhando nomeações de cargos em comissão, pois alguns municípios estão acima do
890 limite permitido pela LRF e podem se valer da calamidade para contratar em áreas que não sejam
891 referentes à pandemia; que há uma autorização do Presidente do TCE-AC para que sejam
892 acompanhados os recursos e as despesas referentes à pandemia; que há uma determinação dele
893 autorizando a área técnica a fazer a fiscalização e que, a cada acompanhamento, seja feito um
894 relatório, que deverá ser enviado ao Presidente e, assim, ele pode abrir ou não o processo de acordo
895 com a demanda do Tribunal (por exemplo o do “sacolão”, que, embora não tenha havido nenhum
896 problema, consideraram melhor abrir um processo, em virtude de não poderem ir fiscalizar o interior
897 do Estado para ver como ocorreu a entrega e se foi feita às pessoas necessitadas); informou que vão
898 criar um hotsite, que será publicado na próxima semana para melhorar a transparência. A
899 **coordenadora Crislayne (TCE-PR)** falou que compartilharia todas as anotações no grupo de
900 *whatsapp*, e que serviriam de base para o relatório do comitê, que foi de onde se originou a ideia de
901 reunir os Secretários de Controle Externo; que o documento do comitê será o oficial, inclusive
902 podendo ser usado posteriormente para publicação na página dos Secretários no site do IRB; além
903 disso, agradeceu imensamente a todos pela disponibilização de suas agendas com quase 5 (cinco)
904 horas de reunião e que a troca de boas práticas foi fundamental; em seguida, a **Sra. Priscila Borges**
905 (TCMGO) agradeceu a disponibilidade de todos, em nome do Conselheiro Joaquim, Presidente do
906 CNPTC, inclusive por outras demandas do CNPTC, e que há interesse em produzir materiais que
907 sirvam para todos os Tribunais, e que existe, sempre, um alinhamento e uma aproximação entre os
908 Presidentes e a área técnica, daí a importância da participação de todos e de outras entidades, tais
909 como o IRB e ATRICON informando, por fim, que ao final dos trabalhos das comissões, os materiais
910 serão disponibilizados e enviados para todos. A reunião foi encerrada às 19h03min (dezenove horas
911 e três minutos), da qual, para constar, lavrou-se a presente Ata. Goiânia, 24 de abril de 2020.

SÍNTESE DA ATA

Medidas adotadas e propostas de encaminhamentos para enfrentamento da pandemia do coronavírus pelos Tribunais de Contas, 1 a 428.